



Guarda compartilhada de filhos passa a ter preferência

Senado aprova e envia à sanção projeto que permite ao juiz estabelecer a divisão de responsabilidades mesmo sem acordo entre os pais separados

Acompanhada por dezenas de pais e mães divorciados, votação foi marcada pelo apoio de parlamentares à iniciativa, que tem sido considerada como sinal de paz em um horizonte tomado por disputas. Os conflitos podem gerar de traumas psicológicos a violência contra crianças e adolescentes, como ressaltou o relator do texto, senador Jayme Campos, que lembrou os casos do menino Bernardo e de Isabella Nardoni. Para Renan Calheiros, a aprovação reafirma o compromisso do Senado com a sociedade ao impedir que os filhos se tornem meios de luta no conflito entre os pais. **3**



Matrelo Casal Jr./Abr

Manifestante é atingido por jato d'água durante protesto em Brasília: projeto de Marcelo Crivella visa coibir mortes causadas por policiais

Aprovado uso prioritário de arma não letal

Bala e cassetete de borracha, spray de pimenta, jato d'água, gás lacrimogêneo e arma de eletrochoque estão entre os equipamentos que deverão ter

prioridade sobre as armas de fogo durante as ações policiais. A norma está em projeto aprovado em Plenário ontem e que segue para sanção. **3**

Análise de nova meta fiscal fica para terça

Senadores e deputados de oposição conseguem evitar votação de projeto do governo que flexibiliza a meta do superávit primário deste ano. Na tensa sessão conjunta de ontem, a proposta foi classi-

ficada como "crime de responsabilidade fiscal". O presidente do Senado considera que vai prevalecer o interesse nacional. Para Renan Calheiros, a flexibilização "é uma solução que está posta". **8**



Divulgação/Rodovia do Parque BR-448

Obra na BR-448, no Rio Grande do Sul, foi considerada irregular pelo TCU

Congresso examina suspensão de repasses para obras suspeitas

Deputados e senadores vão examinar o relatório do TCU sobre as obras com indícios de irregularidades graves que poderão

ter recursos suspensos no Orçamento de 2015. As justificativas para as falhas já foram apresentadas pelas empresas responsáveis. **6**

Diretora da ANP silencia sobre denúncias em obras

Em depoimento à CPI Mista da Petrobras, a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Magda Chambriard, se negou a comentar as denúncias de sobrepreço nas obras de Abreu e Lima. Ela considera a refinaria essencial para aumentar a capacidade de produção de diesel e outros derivados, cuja importação gera déficits na balança comercial. **5**



Jefferson Ruy/Agência Senado

Senador Gim (D) preside o depoimento de Magda Chambriard na CPI mista

Pauta é liberada após manutenção de 38 vetos **4**

Para cientistas, indivíduo é fruto de genes e ambiente **7**

quintas Femininas

Uma abordagem sobre o assédio sexual

Mesa:

Luiza Nagib Eluf – Procuradora de justiça de São Paulo
Maria da Conceição – Consultora legislativa
Rodrigo Brum – Gestão de pessoas do Senado Federal

Data: 27 de novembro de 2014

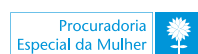
Horário: 10 h

Local: Plenário 2, Ala Nilo Coelho

Mais informações: 3303-1710/1713

Participação pelo site: <http://bit.ly/1ydzlK8>

Alô Senado: 0800 61 22 11



Avança reserva de vagas para mulher no Legislativo

Projeto aprovado ontem em comissão determina que 50% das cadeiras das Casas legislativas serão destinadas a candidaturas femininas. Texto será votado no Plenário do Senado antes de ir à Câmara

PARA AMPLIAR a participação feminina na política e corrigir a desigualdade entre os sexos na representação parlamentar, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a reserva de um percentual mínimo de 50% das cadeiras para preenchimento por mulheres. O PLS 295/2011 — Complementar, da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), alcança a Câmara dos Deputados, as assembleias estaduais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as câmaras de vereadores.

Hoje a legislação define uma reserva mínima de 30% para candidaturas femininas. A medida já vem sendo aplicada aos partidos há quase 20 anos, mas não trouxe os resultados esperados. As mulheres ainda ocupam menos de 10% dos assentos, embora representem mais de 52% do eleitorado nacional, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral.

De acordo com Gleisi, dificilmente o equilíbrio político entre homens e mulheres será alcançado de forma natural. Por isso, ela defende a adoção de medida afirmativa no formato da reserva de cadeiras. A seu ver, a aprovação da proposta será um passo fundamental em direção “ao aperfeiçoamento da representação política feminina



Autora do projeto, Gleisi (C) comemora entre Marta Suplicy e Ângela Portela

no Brasil”. Na justificativa, ela observa que nas eleições para a Câmara dos Deputados, em 2010, foram eleitas apenas 45 mulheres, o que representou menos de 9% da composição da Casa.

Substitutivo

A relatora, senadora Ângela Portela (PT-RR), opinou pela aprovação do projeto na forma de um texto substitutivo. Ela sugeriu o acréscimo da expressão “ao menos”, para evidenciar que a reserva será de pelo menos 50% das vagas. Além disso, simplificou as regras de arredondamento do cálculo: no caso de vaga fracionada, será em favor de mais uma vaga feminina.

Ângela ressaltou que a participação feminina nas Casas legislativas é “irrisória” e deixa o país, na comparação interna-

cional, atrás de nações que não dispõem de regras de estímulo à participação de mulheres.

— Essa situação demonstra de maneira cabal o fracasso da política de reserva de candidaturas, em vigor há quase 20 anos entre nós — destaca.

Para ela, a medida tem respaldo no princípio constitucional da igualdade perante a lei, principalmente entre homens e mulheres, no que tange a direitos e obrigações.

— Nessa perspectiva, para aproximar a sociedade da situação de igualdade normativa que a Constituição prevê, é legítimo o recurso a determinados mecanismos, mesmo que ao custo da relativização de outros princípios, igualmente relevantes — justificou.

A proposta vai ao Plenário e, se aprovada, seguirá para análise na Câmara.

CCJ rejeita voto distrital para vereador

Foi rejeitada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) emenda apresentada em Plenário a projeto que pretende instituir o voto distrital nas eleições para as câmaras municipais.

O texto original (PLS 145/2011) previa voto majoritário para eleição de vereadores em municípios com mais de 200 mil eleitores e foi rejeitado pela comissão em maio. Por força de recurso, a proposta foi enviada ao Plenário, onde recebeu emenda de Cristovam Buarque (PDT-DF) propondo o sistema majoritário para todas as câmaras municipais do país.

Pelo sistema distrital, o município seria dividido em distritos, em número igual às vagas para a câmara municipal, e cada partido lançaria um único candidato em cada distrito.

Para o autor do projeto, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a mudança reduziria o custo das campanhas e acabaria com a eleição de candidato com maior poder econômico.

Mas a CCJ não acolheu os argumentos do autor e rejeitou o projeto, acatando voto em separado de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Ele argumenta que o sistema pro-

porcional é mais adequado à atual forma de vida nas cidades, onde laços de vizinhança seriam menos estreitos que a afinidade política sobre grandes temas como transporte, segurança, educação, meio ambiente e outros.

Cássio aponta ainda, como problemas do voto distrital, a influência de partidos na delimitação dos distritos e a tendência de campanhas centradas em questões paroquiais, em contraste com o debate sobre problemas gerais que o voto proporcional estimularia.

O PLS 145/2011 volta ao Plenário, para decisão final.

Renan apoia pleito da Justiça do Trabalho

O Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), recebeu ontem os desembargadores presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho Severino Rodrigues, de Alagoas, e Ilson Alves Pequeno Junior, de Rondônia. Eles pediram para Renan dar celeridade na tra-

mitação da PEC 32/2010, que garante ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) o status de “tribunal superior”.

— Vimos agradecer o trabalho incansável do senhor, que nos deu apoio e reconheceu o TST como mesmo patamar do Superior Tribunal de Justiça

— ressaltou o desembargador Ilson Pequeno.

Renan afirmou que vai trabalhar para pautar quanto antes a PEC 32 no Senado.

— Podem contar com meu apoio. Vou me empenhar para votarmos a proposta quanto antes — concluiu.

Assédio sexual é tema de audiência interativa hoje

A Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal promove hoje, dentro do Projeto Quintas Femininas, audiência sobre o assédio sexual. Participam a consultora legislativa do Senado Maria da Conceição Alves e a advogada e procuradora de Justiça aposentada Luiza Nagib Eluf, que colaborou na criação da Lei 10.224/2001, que tornou crime o assédio sexual.

A lei estabeleceu pena de detenção de um a dois anos para quem praticar assédio sexual, que é caracterizado quando alguém for constrangido “com

o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual” por um superior hierárquico.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em todo o mundo 52% das mulheres economicamente ativas já sofreram assédio sexual.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

▶ **Portal e-Cidadania:**

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/PEMassedio>

▶ **Facebook:** eCidadaniaSF

▶ **Twitter:** @e_cidadania

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Comitiva de parlamentares chineses visita o Senado

O primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), acompanhou a comitiva do Grupo Parlamentar de Amizade China-Brasil na visita ao Plenário do Senado ontem.

Presidido pela deputada Zhao Shaohua, o grupo está em Brasília para a segunda reunião do mecanismo regular de intercâmbio entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia Popular Nacional da China.



Flexa Ribeiro (E) acompanha os parlamentares chineses no Plenário

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Tribunal do Trabalho

14h Na pauta, votação da PEC 32/2010, que explicita o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

CRA Agrotóxicos

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vota projeto que incentiva o uso de agrotóxico de baixa periculosidade (PLS 679/2011).

SEMINÁRIO Primeira infância

9h A programação da 7ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz se encerra hoje em Brasília com 14 oficinas sobre neurociências e educação na 1ª infância. Amanhã o encontro prossegue no Rio de Janeiro.

PROCESSO CIVIL Relatório

9h30 A Comissão de Reforma do Código de Processo Civil analisa relatório sobre as emendas ao substitutivo da Câmara dos Deputados (PLS 166/2010).

CRE Indicação de embaixadores

10h A comissão aprecia 4 mensagens presidenciais com indicação de embaixadores e 1 requerimento de ausência do país.

PROCURADORIA DA MULHER Assédio

10h A Procuradoria Especial da Mulher do Senado faz audiência pública interativa sobre assédio sexual.

CPMI DA PETROBRAS Depoimento

10h15 A comissão mista que investiga denúncias de desvios de recursos públicos na Petrobras colhe depoimento de Márcio Andrade Bonilho, sócio da Sanko-Sider Comércio de Produtos Siderúrgicos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovada guarda compartilhada obrigatória

Senadores acatam projeto que permite ao juiz estabelecer a divisão de responsabilidades entre pai e mãe separados, mesmo em caso de desacordo. Iniciativa vai à sanção

PARA AS DUAS dezenas de pais e mães divorciados que acompanharam ontem, no Plenário, a aprovação da guarda compartilhada, o projeto enviado pela Câmara está sendo visto como um importante sinal de paz em um horizonte tradicionalmente tomado por conflitos dilacerantes. A partir da sanção do PLC 117/2013, eles acreditam que 20 milhões de crianças e adolescentes terão a chance de obter o melhor do pai e da mãe.

— A nova lei vai acabar com as disputas prolongadas e permitir a mães e pais contribuir para a formação dos filhos. Temos a convicção de que essas crianças serão pessoas mais felizes — disse o presidente da Associação de Pais e Mães Separados, Analdino Paulino Neto.

Para ele, o projeto poderá resultar na substituição da pensão alimentícia pela divisão das despesas por meio de uma planilha de gastos.

— A planilha vai conter todas as despesas, incluindo escola,

plano de saúde, alimentação. Cada um vai contribuir na proporção do seu rendimento — explicou.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a aprovação reafirma o compromisso da Casa com a sociedade.

— O maior mérito é o de fortalecer o instituto da guarda compartilhada, que melhor atende aos interesses dos filhos. Será uma lei que possui o condão de não permitir que crianças e adolescentes tornem-se meios de luta no conflito entre os pais — disse.

O relator do texto na CAS, Jayme Campos (DEM-MT), ressaltou que o acordo para a votação foi motivado pelas crianças, maiores afetadas pelos divórcios e frequentemente vítimas de violência. Ele citou os casos do menino Bernardo, no Rio Grande do Sul, e de Isabella Nardoni, em São Paulo, nos quais o pai e a madrasta são os principais suspeitos.

Paulo Paim (PT-RS) informou que recebeu um pedido



Para Renan (C), guarda compartilhada atende interesse dos filhos, evitando que sejam meio de luta no conflito entre pais

da avó do menino Bernardo para que a proposta fosse aprovada sem alterações.

A iniciativa, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), permite que o juiz estabeleça a guarda compartilhada ainda que haja desacordo. Hoje o juiz tem respaldo para reservar a guarda a um dos pais. Muitas vezes, porém, o responsável acaba alienando o ex-cônjuge da convivência com os filhos, gerando prejuízos emocionais, psíquicos e intelectuais para

crianças e adolescentes.

O texto determina a divisão equilibrada do tempo de convivência dos filhos com a mãe e o pai e possibilita a supervisão compartilhada dos interesses do filho. Ambos poderão participar, por exemplo, do ato que autoriza viagem dos filhos para o exterior ou mudança permanente de município. Em caso de necessidade de medida cautelar que envolva guarda dos filhos, o texto dá preferência à oitiva das partes perante

o juiz. O texto é rigoroso com a escola, que será multada caso se negue a dar informações a qualquer um dos genitores.

Para Faria de Sá, o atual Código Civil induz o juiz a decretar a guarda compartilhada apenas quando há boa relação após a separação. Com a mudança, a medida será obrigatória, a não ser que um dos pais abra mão da guarda ou que a Justiça considere um deles inapto para exercer o poder familiar.

Polícia deverá priorizar uso de armas não letais

Gás lacrimogêneo, balas e cassetete de borracha, jato d'água, spray de pimenta e arma de eletrochoque, ou *taser*, terão prioridade na ação policial. É o que determina matéria aprovada pelo Plenário ontem. Pelo substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 256/2005, o uso de armas não letais poderá ter prioridade sobre as armas de fogo na ação — desde que a opção não coloque em risco a vida dos policiais. Agora, a matéria segue para sanção.

O projeto, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), já havia sido aprovado semana passada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com o texto, armas não letais têm baixa probabilidade de causar mortes ou lesões

permanentes e são projetadas para conter, debilitar ou incapacitar pessoas temporariamente. O texto também proíbe o uso de armas de fogo nos casos de abordagem contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou contra veículo que desrespeite bloqueio policial, desde que isso não coloque em risco a vida do policial ou de terceiros.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a matéria é da maior importância para o país. O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) lembrou que a arma letal só pode ser usada em determinadas condições e sob parâmetros legais. Segundo ele, a prioridade da arma não letal pode preservar vidas.

Lídice da Mata (PSB-BA), porém, manifestou preocu-

pação com o uso de armas de choque e spray de pimenta nas manifestações populares. Para ela, esses instrumentos ainda podem ser considerados violentos e têm causado danos a manifestantes. Em resposta, Crivella explicou que o uso desse tipo de armamento deve obedecer a princípios de legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

— O projeto cuida exatamente de disciplinar para que não haja nenhum abuso contra os manifestantes — disse.

Crivella recordou que o projeto vem sendo debatido há nove anos no Congresso. Ele destacou o crescimento da violência na ação policial, resultando em grande número de mortes, em especial de jovens.

Varas de Justiça do Distrito Federal terão 580 novos cargos

A criação de 580 cargos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) foi aprovada ontem em Plenário. A matéria havia sido aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pela manhã e seguiu ao Plenário por requerimento de urgência de Gim (PTB-DF).

O projeto (PLC 92/2014) foi enviado pelo próprio tribunal e ainda precisará receber autorização específica na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. Ao contrário dos órgãos de Justiça estaduais, o TJDFT é um órgão federal, mantido pela União.

A maioria das vagas criadas serão destinadas a quatro novas varas: Recanto das Emas,

Águas Claras, Guará e Itapoã. Dos 580 cargos, 464 serão ocupados nessas circunscrições e os demais serão distribuídos entre as já existentes.

Um grupo de aprovados no último concurso do tribunal, presente às galerias no momento da aprovação, comemorou o resultado. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), governador eleito do Distrito Federal, também celebrou.

— O acesso à Justiça de forma rápida e célere é um direito do cidadão. E esse projeto vai facilitar isso. Agradeço aos líderes, que permitiram a aprovação na CCJ e no Plenário — disse.

O projeto, já aprovado na Câmara, vai à sanção.

Divisão de responsabilidade entre pais deve ser regra, defende Jayme



Gerônimo Mota/Agência Senado

Relator do projeto de lei que regula a guarda compartilhada no país, Jayme Campos (DEM-MT) disse que a aprovação da proposta muda o foco das decisões judiciais sobre a guarda de filhos, dando ênfase ao bem-estar das crianças, em vez de focar o tipo de relacionamento entre o pai e a mãe separados (se conflituoso ou não).

Pela proposta (PLC 117/2013), a guarda compartilhada vai ser a regra mesmo que haja conflito entre os pais que se separaram.

— Embora a guarda compartilhada já esteja prevista em lei, hoje apenas 6% das decisões judiciais contemplam a responsabilidade entre pai e mãe — lembrou o senador.

Marta cobra fiscalização sobre publicidade destinada às crianças



Marcos Oliveira/Agência Senado

Marta Suplicy (PT-SP) pediu aos órgãos responsáveis pela garantia do bem-estar da criança e aos de defesa do consumidor a fiscalização do cumprimento de resolução que trata da publicidade destinada ao público infantil. A norma considera abusiva a comunicação que induz

ao consumo desenfreado de produtos e serviços.

A resolução foi publicada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão de caráter normativo vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Segundo Marta, a resolução é um marco para a proteção do direito da criança no Brasil.

Suplicy lamenta morte do jurista e ex-ministro Márcio Thomas Bastos



Marcos Oliveira/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou a morte do ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, ocorrida na semana passada. Ele pediu que o Senado envie voto de pesar à família do ex-ministro, que tinha 79 anos e morreu devido a problemas no pulmão.

Suplicy lembrou que Márcio Thomaz Bastos se interessou pelo direito ainda criança, quando, escondido, assistiu ao julgamento de um caso de crime passionnal. Destacou que, como advogado, Thomaz Bastos rejeitava a ideia de que o criminoso tem que ser punido com penas severas, por acreditar que isso não regenera o indivíduo. Por isso, era um grande defensor da ampliação das penas alternativas à prisão.

Congresso mantém vetos e libera a pauta

Manutenção de vetos limpa a pauta e abre caminho para que parlamentares possam votar projeto de lei que flexibiliza meta do superávit na Lei de Diretrizes Orçamentárias

EM SESSÃO CONJUNTA do Congresso, senadores e deputados mantiveram os 38 vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos de lei. Foram apuradas 325 cédulas na Câmara dos Deputados e 42 no Senado. A pauta englobou os 314 dispositivos vetados em 38 projetos.

A votação dos vetos limpou a pauta e abriu caminho para a análise do PLN 36/2014, que flexibiliza a meta do superávit primário do governo federal na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014.

Para derrubar um veto, era necessário alcançar maioria absoluta em cada uma das Casas do Congresso: 257 votos na Câmara e 41 no Senado.

— Sessão difícil, quórum apertado, e de uma só vez o Congresso teve que apreciar 38 vetos que estavam acumulados. Tentamos reunir 13 vezes o Congresso para limpar a pauta e apreciar esses vetos,

mas não foi possível antes. O Congresso decidiu pela manutenção de todos os 38 vetos — disse Renan, ao anunciar o resultado da apuração.

Um dos vetos que estavam em análise é o que rejeitou integralmente as novas regras para a criação de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). Originado no Senado e aprovado definitivamente em agosto, o projeto foi uma segunda tentativa de regular o tema, após proposta anterior ter sido vetada pela Presidência da República.

Os parlamentares também decidiram manter o veto total ao PLC 78/2014, que alterava a Lei 12.030/2009, para incluir os papiloscopistas entre os peritos oficiais.

Outro veto mantido se refere à mudança feita pela presidente Dilma no projeto de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012), transformado na Lei 12.891/2013. Ela vetou o parágrafo que proibia o uso de



Plenário do Congresso mantém 38 vetos, entre eles o que permite o uso de placas e cartazes em campanhas eleitorais

propaganda em bens particulares, como placas, cartazes, bandeiras, pinturas e bonecos.

Também permanece o veto ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 323/2009, que autoriza o Executivo a criar os conselhos regionais e federal de zootecnia. O projeto foi vetado integralmente sob a alegação de que a criação de conselhos e federações

deve partir do Executivo.

O Congresso também decidiu pela manutenção do veto ao PLC 105/2012. O texto determina que, a cada cinco anos, os motoristas devem receber treinamento especializado e reciclagem em cursos específicos de condução de veículos de emergência. Os cursos seriam custeados pelo empregador. O projeto

também previa seguro para cobertura de riscos inerentes à atividade. A Presidência impôs veto total ao projeto por crer que a proposta estabelecia restrições excessivamente onerosas, sobretudo para pequenos municípios e empregadores.

Confira os vetos na íntegra: <http://bit.ly/38vetos>

Estímulo à inovação é aprovado em comissão

A Constituição federal pode ser modificada para incluir a legislação sobre tecnologia, pesquisa e inovação entre as competências comuns da União, dos estados e dos municípios. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/2014, que trata do tema, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Enviada pela Câmara dos Deputados, a

proposta visa estimular a criação de soluções tecnológicas para problemas enfrentados pelo setor produtivo brasileiro.

Poderá ser especificado na Carta que recursos públicos financiarão atividades de estímulo à pesquisa e à inovação realizadas não apenas por universidades, mas também por instituições de educação profissional e tecnológica.

No debate da proposta, Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), ressaltaram que a aprovação do texto é acompanhada com expectativa pela comunidade científica.

O relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), apresentou voto favorável, lido por Anibal Diniz (PT-AC), com mudanças de redação e formato, reunidas em um substitutivo.

Se aprovada, a PEC também poderá incluir na previsão constitucional a responsabilidade do Estado na capacitação para a inovação tecnológica. Atualmente, a prioridade é para o desenvolvimento científico e a pesquisa básica. Deverá ainda ser criado o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em regime de colaboração entre governos e empresas privadas.

A proposta segue para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.



Anibal Diniz (ao microfone) lê o voto favorável do relator Eduardo Braga à PEC

Cantinas escolares podem ter cardápio mais saudável

As escolas de educação básica, públicas e privadas, podem ser obrigadas a oferecer, nas cantinas, apenas alimentos saudáveis, conforme critérios definidos pelas autoridades sanitárias. É o que determina substitutivo ao PLC 93/2010, aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O cardápio oferecido nas escolas deverá ser elaborado por nutricionista. O texto também proíbe propaganda de alimentos não saudáveis

nas dependências das escolas.

Os órgãos responsáveis pela fiscalização deverão publicar relatórios semestrais e a instituição que descumprir as normas estará sujeita às penas previstas na Lei 6.437/1977, que vão de advertência ao fechamento da cantina escolar.

O texto fixa prazo de 180 dias após a publicação da nova lei para que as regras entrem em vigor.

A relatora na CCJ, senadora Ângela Portela (PT-RR), lembra que as regras deverão

ser seguidas em todo o país e ajudarão a formar hábitos alimentares mais saudáveis, com impacto positivo na qualidade de vida da população.

No substitutivo que apresentou ao projeto, a relatora acatou emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e ofereceu ajustes de redação.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e depois à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa.

Mozarildo rebate Jucá e defende diretor de jornal

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem o jornal *Folha de Boa Vista* e o diretor do veículo, Getúlio Cruz, de ataques feitos por Romero Jucá (PMDB-RR) na tribuna do Senado.

Ao rebater denúncias mencionadas por Mozarildo de superfaturamento em compra de remédios pela Prefeitura de Boa Vista, Jucá afirmou que o senador se baseava em notícias falsas do jornal — que, segundo Jucá, tem interesse em difamar a prefeita, sua ex-mulher Teresa



Surita (PMDB).

Mozarildo lamentou que Jucá tenha atacado pessoas de bem.

— É inconcebível o que se viu. Uma fala que é uma verdadei-

ra metralhadora giratória e pior: contra pessoas de bem que nada têm a ver com problemas que acontecem na prefeitura — disse.

O senador leu a defesa de Getúlio Cruz, feita em rádio de Roraima, na qual o diretor faz críticas à atuação política de Romero Jucá à frente do governo do estado.

Ângela Portela lamenta críticas de Jucá a Mozarildo

Ângela Portela (PT-RR) lamentou as críticas feitas há poucos dias, em Plenário, por Romero Jucá (PMDB-RR) a Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), à governadora eleita de Roraima, Suely Campos, ao ex-governador Neudo Campos e ao dono do jornal *Folha de Boa Vista*, Getúlio Cruz.

Mozarildo havia lido denúncia contra Jucá publicada pelo jornal (*leia acima*).

— No incidente, o senador Jucá disse que o senador Mozarildo, um homem honrado, de passado limpo, deveria lavar a boca. Uso aqui a



mesma expressão que ele usou, para falar de Marcelo Lopes [alvo das denúncias] e da prefeita da capital [Teresa Surita, ex-mulher de Jucá].

Segundo a senadora, as críticas a Neudo Campos e à esposa dele, Suely, são reflexo da derrota do grupo político de Jucá. Para Ângela, Neudo foi o maior governador que Roraima já teve.

— O senador [Jucá] não pode fazer de sua angústia pessoal uma metralhadora para agredir adversários com injúrias, ferindo a honra de suas famílias — disse.

Na CPI mista, Magda Chambriard não comentou o sobrepreço na Abreu e Lima, mas destacou a importância da obra da Petrobras



Senador Gim preside o depoimento de Magda Chambriard, para quem o empreendimento em Pernambuco vai ajudar a reduzir a importação de diesel

Diretora da ANP se cala sobre denúncias e defende refinaria

APESAR DE TER se recusado a comentar denúncias de superfaturamento na obra de Abreu e Lima, a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard, afirmou que a refinaria que está sendo erguida pela Petrobras em Pernambuco será bem-vinda ao país.

Em depoimento ontem à CPI mista que investiga irregularidades na estatal, ela explicou que a expansão do parque de refino brasileiro é essencial. Ressaltou que a balança comercial do país registra déficit grande de derivados de petróleo:

— A refinaria é bem-vinda porque nos alivia sensivelmente em relação à importação de diesel e isso é uma despesa grande. Nós precisamos desse derivado. Hoje temos 200 milhões de habitantes e, se crescermos 2,5% anualmente, crescemos uma Noruega por ano — afirmou.

Parlamentares da oposição tentaram, sem sucesso, fazê-la falar sobre denúncias de corrupção na construção de Abreu e Lima. O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), por exemplo, perguntou se ela considerava normal a obra ter exigido R\$ 7 bilhões a mais só em aditivos contratuais.

— Não acompanhei de perto e não é atribuição da ANP — resumiu Chambriard.

Segundo ela, quando uma empresa se habilita a construir uma refinaria ou distribuidora, a ANP não entra no mérito de avaliar se o projeto é caro ou barato, mas olha questões técnicas para garantir que o empreendimento vai operar com qualidade e eficiência.

Magda Chambriard informou que a agência reguladora adota padrões internacionais e rígidos de fiscalização e pratica “o que de melhor existe no mundo”.

Ela citou acidentes graves ocorridos no país e que serviram de aprendizado para as companhias e entidades fiscalizadoras, como o afundamento da plataforma P-36, em 2001, e o adernamento da P-34, no ano seguinte. Segundo Magda, de 2010 a outubro deste ano, 25 estações marítimas de produção tiveram atividades paralisadas preventivamente.

Depois de duas semanas ausente, o relator Marco Maia (PT-RS) voltou a

participar dos trabalhos da CPI ontem. Com colete de imobilização e sentindo fortes dores, ele informou que quebrou a clavícula e quatro costelas em um acidente de moto.

Apesar da ausência, o deputado confirmou à Agência Senado que estão mantidas as datas de apresentação e votação do relatório final: 10 e 18 de dezembro.

CPMI recebe explicações sobre participação de políticos na Lava-Jato

O juiz federal Sergio Moro comunicou oficialmente à CPMI da Petrobras, ontem, ser fantasiosa a argumentação de que ele estaria ocultando os nomes de políticos que poderiam ter participado de corrupção na Petrobras. Responsável pelo processo da Operação Lava-Jato em primeira instância, esclareceu que o processo não envolve a corrupção de políticos, mas crimes em licitações, lavagem de dinheiro e corrupção na Petrobras.

— Se o dinheiro supostamente desviado foi, depois de lavado, usado para pagar vantagem indevida a agentes políticos, trata-se de crime que não é objeto desse feito — disse.

O magistrado explicou ainda que os eventuais crimes de corrupção envolvendo políticos são de competência do STF, “que já dispõe de provas pertinentes da colaboração premiada”.

Deputado acusa Graça Foster de ter mentido à CPI

Deputados opositores aproveitaram a reunião da CPMI ontem para retomar os ataques à presidente da estatal, Graça Foster.

Eles argumentam que a executiva teria mentido quando disse à comissão que não sabia de pagamento de propina a funcionários da companhia por parte da empresa holandesa SBM Offshore, fornecedora de navios-plataforma.

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) informou que apresentou uma

A CPMI marcou para hoje depoimento do diretor da empresa Sanko-Sider, Márcio Bonilho. A expectativa é de que Bonilho explique que relações mantém ou mantinha com o doleiro Alberto Youssef e com o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Em gravação da Polícia Federal, Youssef comenta com Bonilho sobre Costa, que estaria reclamando de dinheiro.

Comissão poderá ter em até 15 dias dados sigilosos de tesoureiro do PT

Banco Central, Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Receita Federal têm 15 dias, contados a partir de 20 de novembro, para remeter à CPMI da Petrobras informações bancárias, telefônicas e fiscais do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, no período entre 1º de janeiro de 2005 e 20 de maio de 2014. O pedido para a transferência dos dados sigilosos foi feito pelo presidente do colegiado, Vital do Rêgo (PMDB-PB), na semana passada.

A quebra dos sigilos do tesoureiro do PT foi aprovada no dia 18. A justificativa apresentada pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR) foi uma reportagem da revista *Época* segundo a qual há denúncia de que Vaccari teria recebido US\$ 8 milhões da Odebrecht a partir de um contrato com a Petrobras. Isso teria acontecido em 2010, durante a campanha presidencial de Dilma.

queixa-crime contra a presidente à Procuradoria da República no Distrito Federal, alegando falso testemunho:

— A presidente da Petrobras pode muitas coisas, mas não pode mentir. No dia 12 de junho, ela esteve nesta CPMI. Jurou na qualidade de testemunha e mentiu. Não é admissível que a presidente de uma companhia desse porte venha ao Congresso e esconda informações vitais — indagou Lorenzoni.

Lindbergh pede aprovação do superávit

Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu o apoio do Senado ao projeto que flexibiliza o superávit primário, a ser votado na próxima terça-feira. Ele sublinhou que a política econômica precisa de ajustes diante do cenário de baixo crescimento, mas, na opinião dele, a busca do equilíbrio fiscal não pode levar o Brasil ao desemprego e ao corte de benefícios sociais.

— Essa é a hora de fazermos políticas anticíclicas e tentarmos reverter a situação. Se faltam investimentos, temos que acelerar os investimentos públicos, fazer parcerias público-privadas — afirmou.

Lindbergh citou dados sobre a importância do investimento público na expansão econômica e argumentou que o Brasil pode flexibilizar as contas em 2014 porque Lula e Dilma fizeram grandes superávits anteriormente.

Flexa Ribeiro: Dilma quer “vencer no tapetão”

Ao criticar o projeto que altera o cálculo do superávit, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a presidente Dilma descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal e agora procura “vencer no tapetão”.

Flexa alertou para os riscos do que chamou de jeito PT de governar, sublinhando que o governo manipulou estatísticas sobre o ritmo de redução da miséria e fez um corte nas tarifas de eletricidade, que, segundo ele, “quebrou as pernas” da Eletrobras. Ele também comparou as medidas do Executivo com o discurso eleitoral.

— O PT fez tudo que dizia que seus adversários fariam. Os juros foram aumentados. A Fazenda quase foi entregue a um banqueiro e parece que termina nas mãos de um neoliberal — disse.

Agripino afirma que presidente cometeu crime

O senador José Agripino (DEM-RN) afirmou ontem que o nervosismo que vem tomando conta dos governistas nas reuniões da Comissão de Mista de Orçamento (CMO) e do Congresso é devido ao fato de a presidente Dilma ter cometido crime de responsabilidade fiscal.

Agripino explicou que, ao longo deste ano, o governo fez vários remanejamentos orçamentários e acabou não cumprindo a meta do superávit.

— Nós, da oposição, temos marcado a nossa posição. Se forem refazer a LDO, se forem anistiar o crime praticado pela presidente, de responsabilidade fiscal, que assumam perante a história a sua responsabilidade. Nós vamos ficar com a autonomia do Congresso e com aquilo que a sociedade espera de nós — declarou.



Gerardo Magela/Agência Senado



Mônica Manz/Agência Senado



Mônica Manz/Agência Senado

Congresso pode suspender recursos para obras

Após a apresentação de justificativas pelos responsáveis por obras irregulares auditadas pelo TCU, os parlamentares deverão decidir pela suspensão ou não dos repasses

RESPONSÁVEIS POR OBRAS que tiveram indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apresentaram ontem, ao Comitê de Avaliação de Obras com Indícios de Irregularidades (COI) da Comissão de Orçamento (CMO), justificativas para as falhas e providências que já foram ou serão adotadas.

O TCU incluiu entre as obras que poderão ficar sem recursos no Orçamento de 2015 por apresentarem indícios de irregularidades graves: a construção de uma Vila Olímpica em Parnaíba (PI); a implantação e a pavimentação em trechos da BR-448 (RS); a construção do Complexo Materno-Infantil, em Teresina (PI); e o controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das Bacias dos Rios Iguaçú, Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense (RJ). As obras constam do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 (PLN 13/2014), em tramitação no Congresso.

Valdir Raupp (PMDB-RO), que emitirá o parecer sobre a avaliação do tribunal, disse que as dúvidas foram esclarecidas, mas informou que não tem como adiantar o relatório. Conforme previsto na legislação orçamentária em vigor, cabe ao Congresso aprovar ou não as indicações de suspensão feitas pelo TCU. Por isso, os



Projeto de controle de inundações na Baixada Fluminense é uma das obras com irregularidades apontadas pelo TCU

parlamentares da CMO terão que se manifestar sobre o bloqueio ou desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos empreendimentos que sofreram questionamentos.

O secretário de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana do Tribunal de Contas da União (TCU), José Ulisses Vasconcelos, afirmou que a construção da Vila Olímpica em Parnaíba foi reavaliada e que o tribunal decidiu manter a indicação de suspensão de recursos para o empreendimento

no orçamento de 2015.

Segundo ele, existem dúvidas se o valor estimado da obra, de R\$ 16,5 milhões, será suficiente para a construção, pois o trabalho ficou paralisado e existem várias erosões no terreno. Também não estaria claro como seria ressarcido R\$ 1,4 milhão gasto na construção de um estádio de futebol na Vila Olímpica, que acabou excluído do projeto mais tarde.

O representante do Ministério do Esporte, Emmanuel Braz, disse que a obra é importante para a região e que

no entorno existem sete empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida que não têm equipamentos esportivos previstos.

O representante do Ministério das Cidades, Manoel Renato Filho, afirmou que o governo do Rio de Janeiro decidiu cancelar a concorrência prevista para obras de drenagem na Baixada Fluminense. Segundo ele, o governo do estado reconheceu que existe uma falha legal, porque o anúncio da concorrência ocorreu antes da

aprovação do projeto.

O representante do TCU, Rafael Jardim, disse que o tribunal deverá reavaliar o caso após essa decisão, mas explicou que o projeto básico também tem que ser reformulado porque, como está hoje, "gera incerteza quanto ao custo da obra e sobre como os serviços de drenagem serão medidos para serem pagos".

Em relação à obra da BR-448, no Rio Grande do Sul, o diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Guilherme de Mello lembrou que a obra já está 100% executada e foi inaugurada em dezembro de 2013. As divergências estão relacionadas à forma de medir os serviços que foram feitos. A obra custou R\$ 1,2 bilhão aos cofres públicos e a estimativa é de que o sobrepreço chegue a R\$ 90 milhões.

No caso do Complexo Materno-Infantil de Teresina (PI), o representante do TCU, José Ulisses Vasconcelos, informou que foram repassados R\$ 51,4 milhões para a obra, mas foi identificado que o preço cobrado pelo metro quadrado seria 50% superior à média em obras da mesma natureza.

Segundo ele, a Secretaria de Saúde do Piauí já admitiu o erro e estaria disposta a anular o contrato, o que ainda não foi formalizado.

Ampliada quarentena de ex-dirigentes de agências reguladoras

Os ex-dirigentes de agências reguladoras poderão ficar impedidos por seis meses de exercer atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado. A ampliação do tempo de quarentena, atualmente de quatro meses, é prevista em Projeto de Lei do Senado (PLS) 272/2012, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Como a decisão é terminativa, o projeto será enviado diretamente à Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação em Plenário.

Durante o período de quarentena, o ex-dirigente segue vinculado à agência reguladora, com remuneração compensatória equivalente à do cargo de

direção exercido e aos benefícios a ele inerentes. A previsão já consta da Lei 9.986/2000.

A proposta, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), revoga dispositivo dessa lei que determina a aplicação da quarentena ao ex-dirigente exonerado a pedido, se ele já tiver cumprido pelo menos seis meses de mandato. Assim, com o projeto, a quarentena passa a valer para todos os ex-dirigentes.

O relator, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), apresentou voto favorável à revogação, argumentando que o ex-dirigente que tivesse cumprido, por exemplo, cinco meses e meio de mandato poderia, no dia seguinte à

exoneração, atuar profissionalmente no setor regulado pela agência a que pertencia.

Na avaliação de Randolfe, o acesso a informações privilegiadas não se dá em função do tempo de permanência na instituição. De acordo com o relator, é possível que, no primeiro mês de exercício, o ex-dirigente já tenha conhecimento de gravíssimas e relevantes informações que devem ser protegidas.

Randolfe concorda com Mozarildo quanto à insuficiência do atual prazo de quatro meses de quarentena para impedir que o ex-dirigente repasse informações privilegiadas para outras pessoas que atuam na área.

Comissão aprova criação de mais uma vara federal no Paraná

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a instituição de uma vara federal no município de Pitanga, no Paraná. O PLC 2/2014 prevê a criação de cargos de juiz federal e de juiz federal substituto. Além disso, estão previstos 17 cargos efetivos, sendo 13 de analista judiciário e 4 de técnico judiciário, e funções comissionadas.

Ao justificar a proposta, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) destaca a importância de interiorizar a Justiça Federal no intuito de aproximar esse ramo do Judiciário dos jurisdicionados.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Ciência: genes e ambiente moldam aprendizado

Neurocientista diz, em debate no Senado, que pesquisas chegam a consenso sobre equilíbrio entre influência genética e fatores socioambientais no desenvolvimento humano

FICOU NO PASSADO a disputa no campo científico que colocava de um lado a supremacia dos aspectos biológicos e do outro a predominância das questões socioambientais como fatores que definem o desenvolvimento e a aprendizagem humana. A avaliação foi feita ontem pela neurocientista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Suzana Herculano-Houzel, durante a sétima da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

A especialista participou de audiência conjunta de três comissões (Educação, Assuntos Sociais e Direitos Humanos). O debate contou também com as francesas Bernadette Rogé, neuropsicóloga que abordou o tema “Autismo e neurociências”, e Françoise Molenat, psiquiatra que tratou do estresse na gravidez. Outro expositor foi o neurofísico brasileiro Alfred Sholl-Franco.

Conhecida pelo trabalho de divulgação científica em TV e jornais, Suzana afirmou que hoje é consensual a ideia de que o desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem se definem tanto pela he-



Cyro Miranda preside debate com pesquisadora Suzana Herculano-Houzel, na Semana de Valorização da Primeira Infância

rança genética quanto pelos estímulos e pelas influências recebidas desde a infância nos diferentes círculos sociais.

Como exemplo da força do ambiente na incorporação de modelos de comportamento, a pesquisadora disse que crianças que sofrem maus-tratos têm mais chance de se transformarem em adultos violentos.

— Eu me envergonho de um país que se insurge contra a iniciativa de regulação para o fim da palmada, onde se valoriza a ideia de que se ensina pela violência — criticou,

referindo-se à reação de pessoas contrárias à Lei Menino Bernardo (Lei 13.010/2014).

Suzana citou estudo, feito na Austrália, que relaciona uma deficiência genética ao controle inadequado dos níveis de serotonina no cérebro, o que predispõe a comportamentos agressivos. Mesmo nesse caso os dados mostraram que os desarranjos hormonais eram muito mais elevados nas pessoas que, além do problema genético, enfrentaram abusos e violência na infância.

— É importante dizer, por-

tanto, que gentileza gera gentileza, o que poderá se refletir inclusive em mudanças nos circuitos neuronais — disse.

Autismo

A neuropsicóloga Bernadette Rogé revelou que a incidência do autismo na população tem registrado aumento nos últimos 50 anos. Segundo ela, estudos mostram que a taxa saltou de 1 caso em cada grupo de 2 mil pessoas, em 1960, para 1 em 150, mais recentemente. Para ela, os números podem ser explicados, em parte, pela

expansão do conceito do transtorno, por métodos de rastreamento mais refinados e por profissionais mais bem treinados para identificar os sinais. Ela não descartou, porém, que as estatísticas estejam refletindo um aumento real.

Bernadette ressaltou a importância de diagnóstico precoce e imediato tratamento para favorecer o desenvolvimento do autista, além da necessidade de suporte aos pais.

Estresse

Segundo a psiquiatra Françoise Molenat, o estresse na gravidez e a depressão pós-parto são uma questão decisiva para o bom desenvolvimento do ser.

— O estresse é um fator positivo de adaptação social, mas se for em dose que ultrapasse a capacidade de regulação, vai produzir efeito neurológico negativo — salientou.

Já Alfred Sholl-Franco destacou a neuroeducação, campo de interseção entre educação, mente e cérebro. Para que os avanços da área sejam incorporados ao ensino, ele apontou a formação dos professores como requisito indispensável.

Para indústria, ensino técnico é desafio

O diretor-geral do Serviço Nacional da Indústria (Senai) e diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, acredita que o ensino profissionalizante ainda é um desafio para o país.

Ele participou ontem de audiência organizada pelas Comissões de Educação (CE) e de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre a WorldSkills Competition 2015, maior torneio de educação profissional do mundo.

— Nós temos os problemas de baixa qualificação do trabalhador como um dos principais entraves do ganho de produtividade no Brasil. Essa é uma questão central.

Segundo os debatedores, a competição pode ser a oportunidade para despertar o interesse dos brasileiros pelo ensino técnico. Para o diretor-

-executivo do evento, David Hoey, a realização do torneio no Brasil é um investimento que pode dar retorno ao país e influenciar diretamente a quantidade de trabalhadores da indústria e a qualidade para atingir padrões internacionais.

— O Brasil, assim como muitos outros países no mundo, parece dar muita ênfase em levar os jovens à universidade em vez de reconhecer que o ensino técnico é uma boa opção de carreira — afirmou.

A falta de ênfase no ensino profissionalizante no Brasil foi lembrada também pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que citou o exemplo europeu nesse tipo de ensino.

Como um dos passos para mudar a realidade, o representante do Ministério da Educação, Luciano Toledo, destacou o Programa Nacional

de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que conseguiu igualar o número de matrículas do ensino profissional ao do ensino superior.

O presidente da WorldSkills International, Simon Bartley, disse que os competidores não se esforçam apenas pelo próprio sucesso. Eles precisam mostrar habilidades técnicas, individuais e coletivas para executar as tarefas nos padrões internacionais de qualidade.

— Os competidores de todo o mundo são o nosso futuro, são indivíduos que farão do mundo um lugar melhor.

Para ele, o apoio do Senado é fundamental. O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), prometeu empenho na divulgação.

Na audiência, os participantes ouviram relato de Rafael Wenderson, ganhador de duas medalhas de ouro na WorldSkills Américas 2014. O jovem falou sobre o orgulho de representar o país.

— Não é cor, não é classe social, não é sotaque que vai provar quem você é: é a confiança de correr atrás e conseguir ser o que você quer ser.

Desde 1950, a WorldSkills reúne os melhores alunos do ensino profissionalizante de mais de 60 países das Américas, Europa, Ásia e África. A edição de 2015 será em São Paulo.

Texto prevê atendimento a vítimas de violência pelo SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) poderá incluir nas diretrizes o atendimento especializado às mulheres e demais vítimas de violência doméstica e sexual. É o que prevê o PLS 295/2013, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem. O texto segue para a Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A relatora, Ana Rita (PT-ES), afirmou que a alteração feita pela Câmara, que estendeu o tratamento às vítimas de violência, qualifica o projeto:

— Contribui para o dese-

nho de uma política pública de saúde que reconheça as necessidades específicas de atendimento das vítimas tanto da violência sexual quanto da violência doméstica.

Marta Suplicy (PT-SP) afirmou que as mulheres aviltadas sexualmente terão atendimento mais específico numa situação de extrema vulnerabilidade. Paulo Paim (PT-RS) também defendeu a proposta.

— O atendimento na área de saúde é fundamental, não só o psicológico, mas também o de reparação estética.

Pesquisa com transgênicos pode ter mais controle social

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta que aumenta o controle social sobre as atividades comerciais e de pesquisa com organismos geneticamente modificados (OGMs), os chamados transgênicos, especialmente nos casos em que há exposição da população.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) é a instância que autoriza a pesquisa e o uso comercial de transgênicos e derivados. O PLS 175/2014, da senadora Vanessa

Graziotin (PCdoB-AM), torna obrigatória a consulta à população local sobre os testes de campo.

O relator, Paulo Davim (PV-RN), apresentou emenda para aprimorar a proposta. Para o senador, as audiências públicas também devem ocorrer antes da emissão de pareceres técnicos referentes à liberação comercial de organismos geneticamente modificados.

A proposta segue agora para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), em decisão final.



Presidente da WorldSkills, Simon Bartley apresenta o torneio em audiência

Em sessão conjunta tensa, oposição questiona a falta de presença mínima de parlamentares e consegue adiar análise de proposta do governo que flexibiliza o resultado fiscal deste ano. Pauta inclui também projetos que abrem créditos adicionais para órgãos públicos

Congresso remarca para terça-feira votação de nova meta para superávit

O PROJETO QUE flexibiliza a meta do superávit primário do governo federal neste ano (PLN 36/2014) na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 será votado na terça-feira, às 12h. O presidente do Congresso, Renan Calheiros, convocou a nova sessão conjunta ontem após constatar que não havia quórum para votar a proposta e os demais itens da pauta: vários projetos de lei que abrem créditos adicionais a órgãos públicos.

O projeto permite ao Poder Executivo abater da poupança fiscal todos os gastos realizados com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as desonerações de tributos concedidas no ano. Para a oposição, a alteração da meta do superávit representa uma “lei de anistia” e “crime de responsabilidade fiscal”.

O presidente do Senado sustenta que o projeto é importante para o país.

— Nós vamos flexibilizar porque é uma solução que está posta. Vai preponderar o interesse nacional — afirmou.

O clima tenso gerou uma discussão áspera entre o



Aloysio Nunes (C) questiona o quórum para a abertura da sessão conjunta

deputado Mendonça Filho (DEM-PE), líder de seu partido na Câmara, e o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros. A oposição invocava o Regimento Comum para questionar o quórum de abertura e prosseguimento da sessão. Após ter uma questão de ordem indeferida, o deputado Claudio Cajado (DEM-BA) permaneceu ao microfone e tentou ler um artigo do regimento. Porém, o microfone dele foi cortado e a palavra foi passada por Renan ao deputado Cláudio Puty (PT-PA).

Mendonça Filho exaltou-se,

deixou a tribuna e dirigiu-se à Mesa, onde a discussão prosseguiu ao lado da cadeira da Presidência. Minutos depois, Renan pediu “desculpas pelo excesso” e Mendonça Filho disse ser um “parlamentar que tem uma história de convivência democrática e respeitosa”.

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), disse que, em 20 anos como congressista, nunca assistiu a um processo tão intenso de desrespeito à Mesa, de agressão e de cerco para intimidar.

— Essa postura não é razoá-

vel no estado democrático de direito — afirmou.

Parlamentares da oposição questionaram a falta da presença mínima. Mesmo depois da obtenção do quórum, os protestos não cessaram.

O primeiro a levantar a questão foi o líder do PSDB, senador Aloysio Nunes (SP). Segundo ele, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) abriu a reunião de forma irregular, com o painel registrando as presenças de terça-feira. Renan aguardou então a obtenção do quórum para a abertura e prosseguiu com os trabalhos, respondendo às críticas.

— Não sou líder do governo e nem representante da oposição. Cabe a mim, como presidente do Congresso, colocar o regimento em prática. Esses excessos de lado a lado não podem ser levados em consideração, o fundamental é o funcionamento democrático do Congresso, que tem se fortalecido. Pior era no passado. Quando eu assumi a Presidência do Congresso, nós deixamos para trás de uma só vez mais de 3 mil vetos — afirmou Renan.

Relatório eleva em R\$ 21,2 bi a previsão de receita em 2015

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) leu ontem o parecer sobre a Receita do Orçamento 2015, em que reestima a arrecadação federal para o próximo ano. O relatório, que eleva a previsão de receita total em R\$ 21,2 bilhões — de R\$ 1,45 trilhão para R\$ 1,47 trilhão —, deverá ser votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na terça-feira. Foram apresentadas 45 emendas do relator-geral do Orçamento 2015, senador Romero Jucá (PMDB-RR), todas acatadas pelo relator da Receita.

O parecer de Pimenta já considera os novos parâmetros econômicos encaminhados pelo governo, que aumentou a

previsão da inflação em 2015, de 5% para 6,1% pelo IPCA, e reduziu a estimativa de crescimento do produto interno bruto (PIB), de 3% para 2%. O PIB nominal foi reduzido de R\$ 5,756 trilhões para R\$ 5,607 trilhões e a taxa de câmbio média passou de R\$ 2,45 para R\$ 2,57. A estimativa para a taxa básica de juros anual (Selic) passou de 10,91% para 11,66%.

A aprovação do parecer é necessária para que Jucá possa entregar o relatório preliminar do Orçamento, abrindo o prazo para apresentação de emendas. Pimenta comunicou que até terça-feira estará à disposição para incorporar novas modificações.

PSDB e DEM prometeram apresentar, na próxima semana, sugestões para aperfeiçoar o relatório. Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o projeto da LOA 2015 veio superestimado do Executivo.

Do acréscimo de R\$ 21,2 bilhões na receita prevista, R\$ 2,5 bilhões irão para estados e municípios, via fundos de participação e outras obrigações legais. Assim, a União ganha, na proposta orçamentária, mais R\$ 18,7 bilhões.

Jucá já adiantou que vai destinar R\$ 3,9 bilhões para os estados, como fomento às exportações (Lei Kandir), uma vez que a proposta orçamentária do Executivo não traz recur-

sos para essa ação. Também há pressões de partidos para elevar os recursos do Fundo Partidário, contemplado no projeto com R\$ 289,6 milhões.

No parecer da Receita, a estimativa da arrecadação líquida da Previdência Social foi aumentada em R\$ 4,16 bilhões, sendo R\$ 3,16 bilhões em decorrência da aprovação de duas emendas de Jucá e R\$ 1 bilhão de iniciativa de Pimenta.

O deputado também considera a inclusão de novos setores no Simples Nacional e receitas de novas concessões, além de operações com ativos e aumento em dividendos e participações.

Sancionada redução de dívidas de estados e municípios

Os estados e municípios terão um alívio nos encargos das dívidas com a União. A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 99/2013, aprovado pelo Senado em 5 de novembro. Foram vetados dois dispositivos da proposta, mas mantida a essência.

Com isso, estados e municípios deverão assinar novos contratos com o governo fe-

deral, com juros limitados a 4% ao ano, mais atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Hoje os encargos são calculados com base no Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), mais juros que chegam a 9% em alguns casos. Essa fórmula provocou uma elevação das dívidas em níveis incompatíveis.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou.

— A aprovação do projeto era uma dívida do Congresso Nacional com os estados e municípios e que foi agora resgatada. A Câmara e o Senado priorizaram a agenda federativa. Gostaria de cumprimentar a presidente Dilma pela sanção. A nova lei vai ajudar a sanar as contas públicas de estados e municípios — explicou.

A lei autoriza a União a conceder descontos sobre os saldos devedores, usando como limite para os encargos a taxa Selic, desde a assinatura dos contratos. Para se beneficiar das novas condições, estados e municípios terão de assinar aditamentos contratuais com a União.

Com a sanção, o projeto foi convertido na Lei Complementar 148/2014, publicada no *Diário Oficial da União* ontem.

Lídice quer Festa de São João como patrimônio cultural

Lídice da Mata (PSB-BA) apresentou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) proposta de abertura de processo de estudos, visando ao registro da Festa de São João como patrimônio cultural imaterial do Brasil. O objetivo é o de salvaguardar essa manifestação cultural.

A senadora disse que a festa também se destaca economicamente. Ela citou dados do Sebrae, que, nas festas juninas de 2011 e de 2012 no Nordeste, observou a duplicação do número de microempresas formalizadas. Esses estabelecimentos faturaram até R\$ 60 mil por ano.

— O São João é uma festa que consegue sintetizar uma tradição cultural do nosso país e, sem dúvida, é a maior festa popular do Brasil, mais enraizada culturalmente e mas rica em diversidade — disse, lembrando que as festas também acontecem no Centro, no Sul e no Sudeste do país.

Capiberibe critica indicação à pasta da Fazenda

João Capiberibe (PSB-AP) se disse surpreso com a provável indicação de um executivo do Banco Bra-

desco para comandar o Ministério da Fazenda, lembrando que a presidente Dilma afirmou, na campanha, que seus concorrentes iriam governar com os banqueiros, caso vencessem as eleições.

— Mas a indicação também traz à luz um período sombrio da história do país — afirmou João Capiberibe, ao lembrar que o fundador do Banco Bradesco, Amador Aguiar, financiou a Operação Bandeirantes, a Oban, entidade paramilitar que matava opositores do regime militar.

O senador citou outras empresas que também financiaram a Oban, como Ultragas, Ford, GM e Camargo Corrêa.

Capiberibe disse que o apoio empresarial à ditadura foi reconhecido inclusive por autoridades da época, como o ex-presidente da República Ernesto Geisel e o almirante de esquadra Hernani Goulart Fortuna.



Gerardo Magalhães/Agência Senado



Gerardo Magalhães/Agência Senado